

## A agenda de segurança e defesa da CPLP e o Atlântico de língua portuguesa: da dimensão histórico-política à técnico-estratégica

The security and defense agenda of the CPLP and the Portuguese-speaking Atlantic: from historical-political approach to technical-strategic approach

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.122263>

Daniele Dionisio da Silva

Instituto de Relações Internacionais e Defesa/ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil

[danids@yahoo.com.br](mailto:danids@yahoo.com.br)  

### Resumo

Hoje, no mapa geoestratégico mundial, o Atlântico pode ser apontado como secundário, entretanto, para Brasil, Portugal e Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, ele surge como parte dos objetivos nacionais. A gestão dos oceanos é um desafio para Estados por uma concepção diferenciada de limites e pelos recursos requeridos. A Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar atribuiu aos países direitos e deveres sobre áreas oceânicas, reforçando que para explorá-las há que se garantir a segurança. Assim, esse trabalho analisa a Agenda de Segurança e Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, principalmente para o ambiente marítimo, por meio dos documentos produzidos, atas de reuniões e estruturas da Componente de Segurança e Defesa. A Componente apresenta uma proposta de estabelecer um paradigma securitário cooperativo, mas carece de recursos e estruturas que transformem ideias em ações comunitárias de longo prazo, mesmo que atividades sejam realizadas no âmbito bilateral. A metodologia utilizada foi um estudo de caso, análise da Agenda de Segurança e Defesa da CPLP, considerando elementos de história comparada, baseada em documentos primários e secundários produzidos na Componente, complementados por pesquisa de campo por meio de entrevistas nos Ministérios da Defesa e Marinhas de Brasil e Portugal.

**Palavras-chave:** CPLP; Agenda de Segurança e Defesa; Espaço Marítimo.

### Abstract

Today, on the world geostrategic map, the Atlantic can be pointed out as secondary space; however, for Brazil, Portugal and Portuguese-speaking African Countries, it appears as part of the national objectives. Ocean Governance is a challenge for States due to a differentiated concept of limits and the required resources. The United Nations Convention on the Law of the Sea gave countries rights and duties over oceanic areas, reinforcing that in order to explore them, security must be guaranteed. Thus, this work analyzes the Security and Defense Agenda of the Community of Portuguese-Speaking Countries, mainly for the maritime environment, through the documents produced, minutes of meetings and structures of the Security and Defense Component. The Component presents a proposal to establish a cooperative security paradigm, but lacks resources and structures that transform ideas into long-term community actions, even if activities are carried out bilaterally. The methodology used was a case study, analysis of the CPLP Security and Defense Agenda, considering elements of comparative history, based on primary and secondary documents produced in the Component, complemented by field research through interviews in the Ministries of Defense and Navies from Brazil and Portugal.

**Keywords:** Community of Portuguese-speaking countries (CPLP); Security and Defense Agenda; Maritime Space.

Recebido: 01 Maio 2022

Aceito: 18 Julho 2022

*Conflitos de interesse: A autora não reportou potenciais conflitos de interesse*



## Introdução

Com o fim da Guerra Fria teria diminuído a possibilidade de agressão militar entre Estados, e de certo modo a perspectiva de defesa vai dando lugar as temáticas de segurança, surgindo um novo quadro de ameaças de caráter global. Junto há também o aparecimento estratégico das questões socioeconômicas e ambientais mais locais, e assim a segurança passa a ser tratada em outras amplitudes e não somente políticas e militares. Essa nova perspectiva mais ampla incluiria elementos de segurança humana, segurança ambiental e segurança do espaço oceânico. Hedley Bull (1961) e Bernard Brodie (1973), ainda na conjuntura da Guerra Fria, já apontavam a dificuldade de pontuar a amplitude desse conceito, algo que se tornou ainda mais complexo com o aparecimento das agendas transnacionais na década de 1980 e o aumento dos crimes transnacionais na década de 1990.

Na busca por uma definição que se aplique à realidade dos países não desenvolvidos, Ayoob (1983) sinaliza que a segurança seria inseparável do processo de formação do Estado, o que teria relativo alinhamento com a conjuntura recente de gestão dos espaços oceânicos dos países de língua portuguesa já que carecem de meios, recursos humanos e doutrinas para delineamento de políticas públicas nessas áreas. Pode-se pontuar que parte da sensação de insegurança que estes Estados têm emana de dentro das suas próprias estruturas, ou mesmo da ausência delas. Nesses países, a segurança deve ser olhada não somente pela perspectiva militar, mas por uma dimensão maior (multidimensional), que engloba, na construção do Estado, sistemas estruturados de gestão de políticas públicas. Se considerarmos a lógica de deveres proposta pela Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar (CNUDM), a questão é ainda mais complexa, pois ameaças mesmo de pequenas proporções, em países não desenvolvidos com grandes áreas marítimas vulnerabilizam mais qualquer capacidade de resposta do Estado; considerando que para fazer a gestão de área marítimas requer-se meios e capital humano adequados, e mais recursos que a gestão de áreas terrestres.

De modo complementar, se considerarmos os direitos de exploração de recursos que a CNUDM forneceu aos Estados não desenvolvidos, pode-se também aplicar a perspectiva teórica-conceitual de Ayoob, aonde a insegurança viria da ausência de capacidade científica e tecnológica desse Estado de explorar a área sobre jurisdição. Contudo, essa perspectiva de análise da segurança por direitos e deveres da CNUDM parece ser menos complexa para Brasil e Portugal já que possuem estruturas estatais para atuação no ambiente oceânico, sejam civis, sejam militares; entretanto, também possuem problemas socioambientais e de gestão integrada (com múltiplas agências públicas e privadas) de imensas áreas marítimas.

Cabe pontuar, como ressalta Tanno (2003), que na segurança internacional observa-se

a consolidação de três vertentes teóricas: a tradicionalista, a abrangente e a crítica. A primeira proposta, consonante com as premissas teóricas realistas, defende que os estudos da área devem se restringir às questões militares e resguardar o Estado como unidade básica de análise (Walt, 1991); a vertente abrangente (do inglês *widener*) sustenta que os estudos de segurança devem incorporar tanto as ameaças militares quanto aquelas advindas das áreas política, econômica, ambiental e societal (Buzan, 1991); e a perspectiva crítica, associada aos trabalhos da Escola de Frankfurt, propõe que as pesquisas de segurança devam colaborar para a emancipação humana (TANNO, 2003, p. 4).

Considerando as três vertentes, pode-se apontar que na análise da Agenda de Segurança e Defesa da CPLP, principalmente proposições para o ambiente marítimo, encontramos muitos elementos que poderiam sustentar um alinhamento com a vertente abrangente<sup>1</sup> e por isso os estudos de Barry Buzan contribuíram tanto. Contudo, as proposições da Agenda para assegurar o ambiente marítimo desde 2010, ampliada para uma perspectiva mais civil com as Reuniões dos Ministros do Mar, delineamento de ações para participação da sociedade civil dos Estados membros, e a construção da Estratégia dos Oceanos, incluindo elementos de segurança humana, permitiria também um alinhamento da Agenda com

<sup>1</sup> Há que se ressaltar que seria possível usar a Escola de Copenhague de modo mais aprofundado nessa análise da Agenda de Segurança e Defesa, incluindo outras abordagens e autores referência, o que não será feito aqui por uma limitação de tamanho do artigo, podendo ser essa uma proposta de trabalho futuro.

uma vertente crítica com foco na emancipação humana (BOOTH, 1991). Assim seriam observados interesses dos indivíduos de cada país para além dos interesses dos Estados. Pode-se apontar que, ao longo do tempo, a um conceito [como assegurar o ambiente marítimo] são atribuídos significados que variam segundo o contexto histórico, possibilitando múltiplas acepções (KOSELLECK, 1992); cabendo assim ao analista tentar desconstruir o que está sendo proposto em cada tempo histórico.

Tentando ampliar essa breve discussão teórica do artigo, Buzan e Wæver (1998) contribuem ao analisar a estruturação dos elementos que compõem a segurança, em um processo de securitização enquadrando uma temática como um tipo especial de política. O autor pontua que um tópico é securitizado não necessariamente pela existência de uma ameaça real, é sim porque ele é apresentado como uma ameaça. Desta forma, no contexto oceânico proposto pela CNUDM onde há a delimitação de áreas com soberania ou direitos de soberania dos países sobre recursos vivos e não vivos, observamos que para muitos países a gestão dessas áreas oceânicas e seus recursos passaram a ser um tema passível de securitização, algo materializado em políticas e estratégias.

Assim, podemos apontar essa lógica de securitização no Brasil quando na década de 1970 começam a ser mapeadas as primeiras reservas de hidrocarbonetos *offshore*, ganhando mais projeção em 2008 quando são descobertas reservas do pré-sal. Para Portugal, essa securitização vem pelo aumento de área que o país passa a ter direitos de soberania após a CNUDM, tornando-se detentor da maior plataforma continental da Europa e com fator um mar/terra de 18,05, ou seja, a área marítima sobre a terrestre. Acrescentaria aqui o caso de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, dois arquipélagos que ganharam muito com a CNUDM, possuindo um fator mar/terra maior que 150. Isso explica o porquê da cooperação e concertação na CPLP para o ambiente marítimo ter sido uma área promissora ao ponto de se pensar em incluir um quarto pilar aos seus objetivos, que seria o mar.

Considerando ainda que segurança é um fenômeno relacional, no ambiente marítimo observamos subsistemas para gestão partilhada de áreas, dos quais a OTAN seria um exemplo, a União Europeia outro, mas recentemente observamos iniciativas menores como memorando de entendimento tripartido para patrulhamento combinado entre Moçambique, África do Sul e Tanzânia, criado para combate da pirataria e do tráfico de drogas e armas, ou para conter a imigração ilegal pelo mar. Ao longo da análise dos documentos da Componente pode-se pontuar que em determinado momento houve um direcionamento para criação de subsistemas para gestão partilhada de áreas marítimas por delimitações proximidade geográfica. Mas, a cooperação na CPLP para o ambiente oceânico por meio de ações práticas requereu recursos que não estavam disponíveis, ficando restritas muitas vezes as discussões de alto nível até bastante aprofundadas.

Um ponto relevante de ser ressaltado é que seja para Brasil, seja para Portugal, ou ainda para os outros países de língua portuguesa, a gestão marítima é geralmente executada por um único agente público, Marinhas ou Componentes Navais, seja para questões militares de uso da força, seja para questões civis como, por exemplo, controle de derramamento de óleo, gestão de portos ou análise das condições climáticas oceânicas. Ressaltaria que Brasil e Portugal possuem também grupos de influência civis conscientes da temática oceânica, bem como tem mais de trinta anos de participação nos fóruns internacionais dessa temática. Já os outros países de língua portuguesa, apesar de possuírem Ministérios da Defesa e uma estrutura de menor porte de Comando Naval, não possuem uma estruturação nas amplitudes política, econômica e socioambiental para o mar.

Um último ponto a ser levantado seria a presença ou ausência de elementos geopolíticos ou atores extra-CPLP que influenciariam a Agenda. Primeiro, os Estados Unidos surgem mais como difusor de temas relevantes, como é o caso do terrorismo presente nos documentos da Componente de 2002, 2003 e 2004; não havendo referências consideráveis as estruturas de gestão de segurança como AFRICOM ou Quarta Frota. Já o Reino Unido seria um ator quase irrelevante na Agenda apesar de suas ilhas no Atlântico Sul. A China apesar da influência econômica no Atlântico Sul também não se

projeta como ator a ser considerado na Agenda. Contudo, a França e suas formas de cooperação técnico militar com países africanos seriam elementos muito presentes na Agenda, sugerido como um modelo a ser seguido no ambiente marítimo.

Cabe pontuar que a metodologia utilizada nesse trabalho foi um estudo de caso, análise da Agenda de Segurança e Defesa da CPLP, considerando elementos de história comparada, baseada em documentos primários e secundários produzidos no âmbito da Componente, complementados por pesquisa de campo por meio de entrevistas realizadas nos Ministérios da Defesa e Marinhas de Brasil e Portugal em 2013, 2014 e 2015.

### **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e a dimensão de segurança e defesa**

Laços históricos e a proposta da valorização da língua portuguesa levaram a criação da CPLP. A Comunidade nasceu estruturada em três pontos: a concertação político-diplomática entre os membros em matéria de relações internacionais, para reforço da sua presença nos fóruns internacionais; a cooperação, particularmente nos domínios econômico, social, cultural, jurídico e técnico científico; e a materialização de projetos de promoção da língua portuguesa. Neste artigo, propõe-se mostrar que foram adicionados elementos para a promoção de boas práticas de governança em várias áreas, incluindo projetos para forças armadas dos Estados membros, levando em conta uma estrutura de submissão do poder militar ao poder político; proposição que aparece nos discursos feitos nas reuniões e documentos analisados aqui.

Com o passar do tempo, os âmbitos de cooperação vão sendo ampliados, e em 1998, há inclusão da Cooperação Técnico Militar (CTM), ou seja, surge uma agenda de projetos nas áreas de segurança e defesa. Inicialmente, os mais de trinta anos de formação, treinamento e operações entre as forças armadas portuguesas e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs) moldam a construção da Agenda. No século XXI, agrega-se também o anseio do Brasil se tornar um global *player*, e querer proteger o Atlântico Sul e seus recursos *offshore*. Cabe acrescentar que essa agenda da Comunidade e sua Componente de Segurança e Defesa<sup>2</sup> não tem sido uma temática muito estudada por acadêmicos, bem como encontramos poucas publicações com análise crítica do tema, o que ressalta a relevância desse artigo.

No âmbito da segurança e defesa da CPLP temos como referência os trabalhos de Luís Bernardino e Luís Barroso. Bernardino (2011) pontua a possibilidade de a Comunidade adquirir projeção internacional ao reforçar as capacidades dos Estados membros, cooperando com atores regionais africanos na consecução de estratégias de apoio ao desenvolvimento sustentado e à segurança participativa. Esse autor apresenta a importância do mar e da segurança marítima como temática a ser partilhada pela CPLP, sendo essa uma forma de incrementar o potencial geopolítico e geoestratégico da organização. Ele chama atenção para que a cooperação na CPLP surge pela dificuldade dos Estados costeiros de assimilar internamente regras da CNUDM, já que Convenção traz uma nova lógica de governança dos espaços marítimos. Nessa proposta de governança teríamos a possibilidade de interações em rede onde a atuação das Marinhas (ou componentes navais) na gestão desses espaços em tempos de paz seria intensa, mas não exclusiva. Além disso, esse elemento militar, atuando em temáticas mais técnicas, estaria rotineiramente inserido em fóruns internacionais, como a Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI) e a Organização Marítima Internacional (IMO), tornando-se também um ator político.

Levando em conta o que foi aqui apresentado, é que surgem as hipóteses deste trabalho. Primeiro, propõe-se que a Agenda de segurança e da defesa produzida no âmbito da CPLP apresenta um alinhamento com a proposta de securitização de novas ameaças, principalmente ameaças não estatais. Segundo, propõe-se que a Agenda estaria também centrada na perspectiva de segurança multidimensional e na segurança como elemento relacionado ao desenvolvimento. A perspectiva de securitização de novas ameaças é aqui descrita como parte de um processo que tornar relevante questões de natureza social, ambiental, ou mesmo econômica, que perpassem a atuação de atores transnacionais, como por exemplo o narcotráfico e a pirataria. Como afirma Villa (1999), a natureza social tanto desses novos fenômenos quanto dos agentes

<sup>2</sup> Os documentos da CPLP denominam a Componente como Componente de Defesa, talvez por envolver prioritariamente atores de defesa; entretanto optou-se por designá-la como Componente de Segurança e Defesa tendo em vista que temáticas trabalhadas são mais amplas envolvendo a segurança em si (com suas múltiplas possibilidades de análise), ou por envolver atores de defesa que hoje tem realizado também ações de policiamento, principiante no ambiente marítimo.

transnacionais decorre do surgimento de uma noção de segurança internacional diferente da tradicional visão nacional de natureza estratégico-militar, centrada no Estado. O autor acrescenta que isso geraria como consequência a necessidade de se estabelecer um ideal de segurança global multidimensional, que poderá requerer a cooperação de vários atores, e que se relaciona com o que aqui definimos como paradigma securitário cooperativo. Villa (1999) contribui ainda com as hipóteses apresentadas no artigo ao propor que essa abordagem de segurança seria multidimensional pois não se constitui só de conteúdo estratégico-militar, mas também de outros conteúdos transnacionais, como desequilíbrios ecológicos, crime organizado transnacional e migrações internacionais, que fazem com que a segurança internacional deva ser encarada sob diversos ângulos.

De modo complementar, propõe-se que a Agenda de segurança e da defesa da CPLP para o ambiente marítimo estaria centrada na visão multidimensional do oceano e sua passagem estratégica de meio de locomoção para fonte de recursos, algo materializado na CNUDM. Poderia-se pontuar ainda que essa Agenda para o ambiente marítimo apresenta um relativo alinhamento com a proposta de securitização de novas ameaças para o mar, como pirataria e migração marítima. Contudo, deve-se pontuar que a análise aqui apresentada da Agenda foi baseada em dados coletados de 1998 até 2015 quando muitos documentos da Componente passaram a ser restritos. Além disso, observa-se a partir de 2015 uma redução da participação brasileira, no âmbito do MD e MRE, e as ações de cooperação no âmbito militar saíram da esfera comunitária para retornarem a ações pontuais bilaterais mais sustentadas em financiamentos portugueses.

### **Principais concepções e perspectivas da agenda de segurança e defesa da CPLP**

A pesquisa aqui apresentada é parte de uma tese de doutorado defendida em 2015 no Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ, e no início da coleta dos dados acreditava-se que a defesa da língua portuguesa seria um elemento securitizável na Agenda. Entretanto, não se observou a língua como um elemento presente na Agenda, a menos que fosse como facilitador da cooperação e concertação. Um segundo ponto que se propôs a observar foi à influência da OTAN ou da UE na Agenda por meio do pertencimento de Portugal. Todavia, esses elementos até foram identificados, porém sem serem considerados como preponderantes. Um terceiro ponto seria uma agenda de ações focadas em treinamento para operações de paz, o que realmente teria guiado a Agenda nos sete primeiros anos. Contudo, a partir de 2006, observamos a inserção da temática de gestão do espaço oceânico e da segurança marítima, por influência dos direitos e deveres legitimados na CNUDM, adicionados a possibilidade de pedidos de extensão das plataformas continentais e descoberta de recursos energéticos *offshore* nos Estados membros.

Em 2007 se percebe uma intensificação da participação brasileira, pelo mapeamento das reservas de pré-sal, seguida do surgimento de uma visão estratégica da cooperação com a África, em especial com a CPLP, como forma de proteção dessa área oceânica da influência de potências extrarregionais. A partir de 2009, após a submissão do pedido de extensão da plataforma continental à Comissão dos Limites da Plataforma Continental (CLPC) pelo Brasil, observamos um relativo alinhamento entre Portugal e Brasil na perspectiva de intensificar a componente para o ambiente marítimo. Moçambique e Angola também submetem seus pedidos de extensão da PC apoiados por Brasil e Portugal<sup>3</sup>. E assim a segunda década do século XXI tem uma Agenda voltada para questões marítimas, onde o ator principal seria as Marinhas, mas também observamos reuniões periódicas dos ministérios ligados a temáticas do mar.

Outra questão interessante da componente seria a sobreposição de CTM bilaterais com ações de CTM na vertente comunitária, o que pode parecer como esferas de competição, mas que acaba por almejar construir uma rede de projetos adaptados as realidades locais. Outro ponto a ser ressaltado é que em 1998, a cooperação tendia a ser hierarquizada no sentido de Brasil e Portugal para os PALOPs, e Timor-Leste, a partir de 2002. Entretanto, a partir de 2005 começam a surgir projetos entre os PALOPs e Timor-Leste, como a Missão de Assistência de Angola a Guiné-Bissau (MISSANG) para Reforma do Setor de Defesa e Segurança, o apoio ao processo eleitoral de Timor-Leste a Guiné-Bissau, e a realização da mesa

<sup>3</sup> Nos mapeamentos para extensão da PC foram usados meios e o capital humano técnico das Marinhas de Brasil e Portugal.

redonda de Reestruturação e Modernização do Setor de Defesa e Segurança em Cabo Verde para apoio a Guiné-Bissau. Considerando a Agenda de Segurança e Defesa da CPLP, pontuamos como elementos relevantes da componente:

- a) Reuniões dos Chefes de Estado e de Governo - primeira esfera de decisão política, mantém vínculos político-partidários ou históricos dos Estados membros (por exemplo, aproximação brasileira do Partido dos Trabalhadores com a África de língua portuguesa, ou a herança colonial portuguesa em África), mas também legitima decisões mais técnico-estratégicas (descoberta do pré-sal e garantia dos recursos oceânicos para o desenvolvimento).
- b) Reuniões dos Ministros da Defesa - segunda esfera de decisão política, sendo uma ponte de ligação entre a dimensão político-partidária e a dimensão técnico-estratégica.
- c) Reuniões dos Chefes do Estado-Maior General das Forças Armadas - primeira esfera de decisão técnico-estratégica, mais no âmbito militar, sendo uma ponte de ligação entre a dimensão técnico-estratégica e a dimensão política<sup>4</sup>.
- d) Reuniões do Secretariado Permanente para Assuntos da Defesa (SPAD), as Conferências das Marinhas e as Conferências para Assuntos do Mar - outras esferas de decisão técnico-estratégica.

Em uma perspectiva histórica, pode-se dizer que logo na primeira reunião de ministros da defesa em 1998, os ministros reconheceram que a Cooperação Técnico Militar, que em âmbito bilateral vinha sendo desenvolvida entre Portugal e os PALOPs, deveria constituir-se como uma vertente primordial da Componente de segurança e defesa<sup>5</sup>. Essa CTM molda-se por exercícios conjuntos; compartilhamento de doutrinas, políticas e estratégias; formação de militares em instituições de ensino; intercâmbios de meios e seminários de trocas de informações; em uma lógica de internacionalização similar à que fazem engenheiros ou médicos. Cabe aqui pontuar que para se estabelecer uma Cooperação Técnico Militar ampla e de longo prazo com densidade, não seria suficiente a dimensão histórica do colonialismo português ou a aproximação político-partidária com a África do governo Lula. Não bastariam reuniões e documentos produzidos no âmbito comunitário, sendo esse um roteiro de boas intenções, que sem recursos humanos e financeiros não se teria uma CTM de fato. A CTM comunitária requer uma visão estratégica de médio e longo prazo, pelo menos uma geração de formação de militares (cerca de 20 anos) para que se criar laços de confiança, construir estruturas, fazer mapeamentos conjuntos, uniformizar doutrinas, produzir regulamentações e trocar informações.

No caso aqui avaliado, os recursos acabaram não sendo disponibilizados para materializar a cooperação. Ao longo da pesquisa foram vários os relatos de que os militares não tinham como se sustentar no outro país durante o curso de capacitação. Contudo, pesaram também contextos instáveis internos dos países e a limitada capacidade técnica de alguns militares envolvidos na CTM de incorporarem, ajustarem ou replicarem os conhecimentos partilhados. Deve-se acrescentar que a formação do capital humano deveria ter prevalência sobre doação ou venda de meios, já que não se pode utilizar os meios militares atuais com alto grau tecnológico sem capacitação prévia. Considerando esses aspectos, Portugal parece ter tido maior êxito que o Brasil, pois possui nos países de língua portuguesa uma estrutura de assessoramento militar (adidos terrestres, aéreos e navais), enquanto o Brasil optou inicialmente por doar meios militares. Entretanto, a formação da Marinha da Namíbia<sup>6</sup> pela MB; a assinatura memorando de entendimento técnico no domínio da defesa entre

<sup>4</sup> Documentos da Componente sugerem que o relacionamento entre esferas dos Ministros da Defesa e Chefes dos Estados Maiores Gerais é que tornaria sustentável a médio prazo a Agenda, já que mesmo que a parte técnico-estratégica seja muito ativa, projetos não se materializariam se não forem ajustados ao pensamento político-partidário e obtivessem apoio político ou financeiro. Um elemento que realçaria isso seriam as gestões de Nelson Jobim (2007-2011) e Celso Amorim (2011-2015) no MD, que intensificaram bastante a Agenda e participação do Brasil na Componente.

<sup>5</sup> A história da Componente começaria na década de 1980 com adidos militares portugueses nas embaixadas africanas e com militares africanos fazendo parte de sua formação nas academias portuguesas. No caso do Brasil até o fim do século XX poucos militares africanos fizeram cursos nas academias brasileiras, porque o país focava sua CTM mais na América do Sul; uma reorientação da PEB para África no governo Lula inseriu essa área geográficas.

<sup>6</sup> A Namíbia é membro observador da CPLP, e está geograficamente inserida no Atlântico Sul e na área geopolítica dos PALOPs.

Brasil e Angola em 2014; e a criação pelo Brasil, em 2015, de um núcleo de Missão Naval em São Tomé e Príncipe sinalizariam uma inflexão no comportamento brasileiro.

Levando em conta que a Componente foi estabelecida tendo como elemento norteador a CTM e não formação de um complexo de segurança nos moldes da OTAN, e que a Agenda deveria ter uma amplitude multidimensional, a seguir serão apresentados alguns pontos relevantes coletados dos documentos. Contudo, hoje a maior parte dos documentos analisados são considerados restritos, apesar de disponibilizados na internet até 2012. A análise dos documentos foi dividida em duas partes: Agenda de Segurança e da Defesa da CPLP e a parte dessa Agenda para o ambiente marítimo.

### **Agenda de segurança e da defesa da CPLP**

Na Cimeira Constitutiva da CPLP, em 1996, os Chefes de Estado ressaltaram que a situação da segurança internacional importava aos países membros. Afirmaram que a promoção do desenvolvimento econômico e social dos seus povos e a progressiva afirmação internacional dos países de língua portuguesa seriam prioridades, e nesse âmbito a segurança teria relevância. Nos documentos também há associação entre cooperação e desenvolvimento. Nas Conferências de Chefes de Estado alguns pontos contribuem para perspectiva da segurança: acompanhamento regular da situação interna nos membros para reforçar a capacidade da CPLP na prevenção de conflitos, na ajuda humanitária e no apoio à consolidação das instituições democráticas; e o compromisso com a democracia, o estado de direito, o respeito aos direitos humanos e pela justiça social enquanto pressupostos para paz e segurança. Esses pontos também podem ser observados nos discursos de outras Reuniões da Componente.

Na Declaração sobre Cooperação, Desenvolvimento e Democracia na era da Globalização, de 2000, assume-se o compromisso de desenvolver mecanismos de cooperação com o objetivo, dentre outros, de: garantir a segurança dos cidadãos, o combate ao crime organizado e transnacional; aprofundar a concertação político-diplomática nos domínios da paz, dos direitos humanos, da ajuda ao desenvolvimento; e assumir a responsabilidade comum na defesa dos valores e dos objetivos do respeito e da segurança entre as nações. Essa declaração materializaria na Comunidade a relação entre segurança, cooperação, desenvolvimento e democracia. Assim, dois países aparecem como uma preocupação constante nos documentos: Timor-Leste e Guiné Bissau. Além disso, a componente parece alinhada a uma amplitude de segurança global, que a título de ilustração, no contexto do onze de setembro, seguiu um movimento mundial de condenação do terrorismo, aprovando uma Declaração sobre a contribuição da CPLP para o combate ao Terrorismo.

O combate ao crime organizado é outro tema recorrente na Componente, sendo realizada em 2007 uma Conferência Internacional sobre Narcotráfico na Guiné-Bissau que ressaltou a necessidade de ações que delineiem uma reforma do setor de segurança e defesa. Até 2007, outro tema muito discutido seriam operações de paz, sinalizando inclusive com a possibilidade de criação de Centros de Excelência de Formação de Formadores nessa área e de um Programa de Apoio às Missões de Paz em África (PAMPA) por parte de Portugal.

Passando para análise das Reuniões dos Ministros da Defesa, pode-se dizer que também são recorrentes: a análise da situação político-militar no contexto internacional, no contexto regional e interna dos países membros, concluindo-se pela necessidade de uma maior congregação de esforços em prol da paz como premissa para o desenvolvimento dos povos, bem como há apoio a solução dos conflitos por meios pacíficos. Na primeira reunião dos ministros da defesa foram identificadas como áreas para cooperação: treinamento de unidades militares para operações de paz; a criação de estabelecimentos comuns de ensino militar (Centros de Excelência de Formação de Formadores); conferências anuais sobre segurança e defesa; e ainda a criação de um Centro de Análise Estratégica<sup>7</sup> (CAE) com sede em Maputo e núcleos em cada país. O CAE teria sido uma excelente iniciativa de análise político-estratégica se os Estados tivessem estruturas

<sup>7</sup> Existiram dificuldades de operacionalidade do CAE principalmente o financiamento apesar da criação de um fundo. Os temas em análise foram: papel da CPLP na prevenção de conflitos e gestão de crises regionais (2004); caráter multidisciplinar da luta contra o terrorismo (2004-2006); profissionalização das forças armadas, ética e profissão militar (2006-2007); e visão prospectiva das atividades complementares das forças armadas no âmbito dos países da CPLP (2008-2009).

militares mais sólidas. Já essas áreas de cooperação citadas acima se revelariam bastante complexas para que projetos saíssem do papel, seja por falta de recursos, seja por falta de maturidade da componente, seja pela ausência de estruturas militares adequadas nos PALOPs e Timor-Leste.

Em 1999, os ministros acordaram a criação de um Secretariado Permanente para Assuntos de Defesa (SPAD) em Portugal, integrado por representantes dos Chefes dos Estados-Maiores Gerais e dos MD, para estudar e propor medidas de implementação de ações de cooperação multilateral<sup>8</sup>, dentre elas um Programa Estratégico de Formação e Intercâmbio das FAs dos países membros. Esta iniciativa de formação de militares de um país em outro é comum em países desenvolvidos e tem resultados significativos. Contudo, observa-se que o fato de as vagas serem ofertadas aos PALOPs e a Timor-Leste não significava que estas seriam preenchidas, pois os militares destes países precisavam ainda de auxílio para deslocamento, alojamento, alimentação, elementos que limitaram o programa.

Em 2000, os ministros aprovaram a realização do primeiro exercício militar combinado destinados à preparação e treino de unidades para operações de paz, Felino 2000. Os Exercícios Felino<sup>9</sup> seriam realizados anualmente, focados em promover a interoperabilidade das FAs de língua portuguesa, habilitando-se, se for a vontade política, a participarem de ações da ONU. Estes Exercícios foram ao longo do tempo sendo aprimorados; revelando-se como a parte mais bem estruturada da Componente.

Em 2003 surge nos documentos a questão das novas ameaças e a forma integrada que se deve pensar o seu combate; isso se tornaria uma constante nas esferas de discussão da Componente ressaltando a importância da atuação das forças armadas em apoio às forças de segurança no combate ao terrorismo, ao crime organizado e ao tráfico ilegal de pessoas e bens. Esta poderia ser apontada como uma demonstração da percepção na Componente de que segurança deveria ser um elemento multidimensional.

No início do século XXI, os ministros da defesa ressaltaram que a cooperação deveria ser parte de um Protocolo da Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa que teria como objetivos: criar uma plataforma comum de conhecimentos em matéria de defesa; promover uma política comum de cooperação nas esferas da defesa; e contribuir para desenvolvimento das capacidades internas fortalecendo as FAs dos países da CPLP. O Protocolo deveria ser um acordo guarda-chuva que abarcaria as atividades realizadas na componente; mas, ele foi estabelecido em 2006, e quase dez anos depois, alguns países ainda não tinham conseguido ratificá-lo. Apesar de várias limitações, em 2009, onze anos após a primeira reunião da área da defesa, as discussões tornaram-se mais profundas produzindo um ambiente de análise político-estratégica considerável. Ressaltaria que a diminuição das crises político-militares nos PALOPs e Timor-Leste e o aumento do número de ações bilaterais de CTM feitas por Brasil e Portugal também contribuíram para esse amadurecimento da Componente.

Em 2015 foi aprovada a Identidade da CPLP no Domínio da Defesa, na qual são propostos os fundamentos da matriz identitária assentados nos laços históricos, nos traços culturais comuns, na geografia ribeirinha e marítima que molda e une os povos, nos valores semelhantes do humanismo e multiculturalismo e, fundamentalmente, no território cultural comum que é a língua portuguesa. No documento se constata um alargamento do conceito de segurança para incluir a segurança humana, onde se diminui a ênfase sobre territórios e acentua a atenção às populações. Na parte do documento do Contexto Estratégico, das Dinâmicas de Insegurança e de Segurança na CPLP identificam-se como ameaças: o crime organizado transnacional; a disputa por recursos marinhos e energéticos onde a pirataria tem relevância; o

<sup>8</sup> Objetivos do SPAD: promover troca de informação e concertação de propostas para decisão política em operações de paz; operacionalidade das forças; uniformização dos procedimentos e doutrina; aumento da capacidade de atuação combinada; planejamento e realização de exercícios e intercâmbio dos observadores em exercícios militares nos Estados.

<sup>9</sup> O Exercício, em 2003 foi a oportunidade de implementar metodologias de Estado-Maior ao nível do comando e controle. No Exercício em 2004 realiza-se o primeiro Exercício de Operações Conjuntas e Combinadas. Em 2009 pontua-se como insuficiente a formação em Sistemas de Comando e Controle. Em 2011 pontua-se a necessidade de aumentar o tempo de formação conjunta e harmonizar conceitos, procedimentos operacionais e táticos. No Exercício Felino de 2013 acontece um desembarque anfíbio, em uma embrionária proposta de associação entre projeção de poder naval e terrestre. Exercícios seriam uma experiência tático-operacional relevante, um elemento de maior visibilidade, ao ponto de os EUA terem solicitado participar como observadores.



crescente radicalismo religioso; os conflitos regionais (principalmente nos Grandes Lagos, no Magrebe, e no leste da Europa); as ameaças cibernéticas; os riscos decorrentes da degradação ambiental e das alterações climáticas; e os problemas internos de natureza social e/ou política de cada membro. Conclui o documento que esses desafios seriam muito complexos, exigindo abordagens e capacidades multissetoriais e multilaterais.

Considerando essa conjuntura de novas ameaças, na Reunião de dos Chefes do Estado-Maior General das Forças Armadas de 2009, o CEMGFA de Portugal pontuou que a questão da segurança e defesa estaria naquele momento determinada por três fatores: ameaças de novo tipo e de natureza assimétrica; imprevisível e a mudança seria a única constante. Assim, diante do que foi apresentado, pode-se dizer que na estruturação da Componente e na Agenda de Segurança e Defesa da CPLP há um alinhamento com a proposta de securitização de novas ameaças, principalmente ameaças não estatais, como terrorismo, crime organizado e a pirataria. Também pode-se sinalizar que essa Agenda está centrada na perspectiva de segurança multidimensional e na segurança como elemento essencial ao desenvolvimento, onde a democracia e a submissão do poder militar ao poder político teriam também relevância.

### **Agenda de segurança e da defesa da CPLP no ambiente marítimo**

Na Cimeira Constitutiva da CPLP, em 1996, os Chefes de Estado ressaltaram que a situação da segurança internacional importava aos países membros. Afirmaram que a promoção do desenvolvimento econômico e social dos seus povos e a progressiva afirmação internacional dos países de língua portuguesa seriam prioridades, e nesse âmbito a segurança teria relevância. Nos documentos também há associação entre cooperação e desenvolvimento. Nas Conferências de Chefes de Estado alguns pontos contribuem para perspectiva da segurança: acompanhamento regular da situação interna nos membros para reforçar a capacidade da CPLP na prevenção de conflitos, na ajuda humanitária e no apoio à consolidação das instituições democráticas; e o compromisso com a democracia, o estado de direito, o respeito aos direitos humanos e pela justiça social enquanto pressupostos para paz e segurança. Esses pontos também podem ser observados nos discursos de outras Reuniões da Componente.

Em 1998, na Conferência dos Chefes de Estado há menção a Exposição Mundial de Lisboa sobre o tema “Oceanos, um patrimônio para o futuro”. Neste ano iniciar-se-ia o processo de construção da Componente e o oceano já seria um elemento apresentado multidimensionalmente e que necessitaria de uma gestão integrada. Mas somente em 2008 registra-se a decisão de desenvolver uma política de oceanos na CPLP com a instauração da Reunião dos Ministros responsáveis por Assuntos do Mar. A política teria o objetivo de coordenar posições em fóruns internacionais e acompanhar ações para a gestão sustentável dos oceanos. Em 2010, na I Reunião de Ministros dos Assuntos do Mar foi aprovada a Estratégia da CPLP para os Oceanos como uma visão integrada para a promoção do desenvolvimento sustentável dos espaços oceânicos. Foram aprovadas também outras iniciativas como: o Atlas dos Oceanos da CPLP; a cooperação em projetos de extensão da plataforma continental; o Centro de Estudos Marítimos da CPLP; o desenvolvimento de um projeto pedagógico para a mobilização de professores, alunos e sociedade para a importância do mar; e a criação da Feira do Mar.

Em 2003, os ministros da defesa chamaram a atenção para a necessidade da cooperação multilateral no controle, fiscalização e vigilância das águas territoriais e dos recursos da zona econômicas exclusivas dos países da CPLP; assunto retomado no Protocolo de 2006 identificado como vetor para afirmação da Componente. Em 2008, surge a Conferência das Marinhas incrementando mais a Agenda produzida para o ambiente marítimo. Dentre as temáticas apresentadas, podemos citar: a segurança marítima, riscos e ameaças que afetam os países da CPLP; o mapeamento e a delimitação da plataforma continental até o limite de 350 milhas; a exploração dos fundos marinhos e da “Área”; a soberania sobre o imenso potencial de riquezas de áreas oceânicas e a exploração equilibrada em benefício das populações; pesca ilegal e industrial; combate às atividades ilícitas e novas ameaças (relevância para pirataria no Golfo da Guiné e no Canal de Moçambique); a criação ou estruturação de autoridades marítimas nos Estados; o reforço da CTM para o ambiente

marítimo; a coleta e partilha de informações; e a necessidade da expansão do conhecimento situacional marítimo em um ambiente colaborativo. De fato, ao longo do tempo se solidifica a ideia de que a segurança marítima poderia se constituir como um quadro privilegiado de CTM comunitária tendo em conta a vasta área marítima sob jurisdição dos Estados membros, seguida da proposição da criação de uma Agência Lusófona de Monitoramento no Atlântico Sul.

Especificamente sobre a CPLP e o espaço marítimo, acrescenta-se que foram realizadas até 2015, quatro Conferências das Marinhas da CPLP, sendo a 1ª em 2008 com a temática do papel das Marinhas no atual contexto internacional considerando a complexidade do ambiente internacional e as novas ameaças nos oceanos; a 2ª em 2010 com a temática Marinhas e os desafios do século XXI; a 3ª em 2012 com a temática da garantia da defesa e segurança marítima em âmbitos nacional, regional e global; e a 4ª em 2015 com a temática da importância do mar para o desenvolvimento dos países da CPLP. Contudo, a Conferência das Marinhas sugere ser apenas um amplo fórum de discussão, ainda dependendo de apoio da dimensão política projetos de longo prazo.

Em 2015, a Componente para o ambiente marítimo já tinha uma Agenda sólida que elencaria as seguintes proposições: institucionalização da Conferência das Marinhas como órgão do Protocolo de 2006; delineamento de programas de apoio técnico para implementação de um sistema de vigilância marítima nos Estados; cursos, intercâmbios e estágios para militares em órgãos de instrução de comando e controle de patrulha marítima; estruturação de um sistema de gerenciamento, monitoramento e controle das águas jurisdicionais nos Estados; desenvolver mecanismos de troca de informações entre centros de controle de tráfego marítimo dos países; delinear ações conjuntas de combate às novas ameaças nos espaços marítimos (similares aos Exercícios Felino); levantamento hidrográfico e de informação cartográfica; cooperação para implementação de um sistema de apoio à decisão na patrulha marítima; cooperação na delimitação de fronteiras marítimas; e criação de um centro integrado de treino de equipes móveis.

Na perspectiva civil, em 2009, foi produzido um documento que sugere ser a síntese do pensamento marítimo abrangente da Comunidade, a Estratégia da CPLP para os Oceanos. Entretanto, o documento não apresenta linhas de ação como uma estratégia deve ser, nem de onde viriam os recursos para ação. Sem estes elementos podemos dizer que apesar da riqueza de temáticas não seria mais que um guia de boas intenções para o ambiente marítimo. A Estratégia poderia ser um roteiro de abordagens e conteúdos para concertação político-diplomática nos fóruns internacionais de temáticas oceânicas. Devemos aqui pontuar que ela está centrada na visão multidimensional do oceano e de sua passagem estratégica de meio de locomoção para fonte de recursos, materializada na CNUDM. Nessa lógica, até sua subdivisão de temáticas segue a subdivisão básica e a abordagem proposta na Convenção. Cabe aqui acrescentar que a Estratégia pontua o papel das Marinhas, dos governos, da academia e das empresas ligadas ao ambiente marítimo, sem esquecer o papel fundamental das sociedades na valorização estratégica multidimensional dos oceanos e seus recursos.

A Estratégia, na introdução, pontua que os oceanos constituem uma fonte de recursos fundamental para o desenvolvimento sustentável e para a economia destes países; e que a gestão adequada dos recursos contribuiria para a estabilidade das nações. Seriam alguns dos objetivos da Estratégia: contribuir para uma melhor gestão e desenvolvimento sustentável dos oceanos por meio de múltiplos setores e da cooperação; promover a constituição de áreas marinhas protegidas sob jurisdição nos Estados membros; promover a análise das mudanças climáticas nas regiões costeiras; contribuir para o reforço de uma rede de recursos humanos capacitada em uma política de oceanos integrada; promover medidas de aproveitamento econômico dos recursos marinhos. Na Estratégia mereceram destaque algumas outras questões: conhecimento das áreas marítimas; ordenamento do espaço marítimo como ferramenta de governança com a otimização de uma economia marítima sustentável; as biotecnologias marinhas; criação de clusters marítimos como um relevante para econômica marítima; energias renováveis no mar; pesca e aquicultura; e o turismo. No Capítulo 3 da Estratégia apresenta-se uma discussão sobre mecanismos de governança dos oceanos que pela diversidade de atores envolvidos, pelas especificidades regionais e locais, bem como pela multiplicidade de atividades relacionadas ao mar deveria ser integrada e adequada um desenvolvimento sustentável.

Concluindo, pode-se dizer que na Componente de segurança e defesa para o ambiente marítimo produziu-se uma Agenda que privilegiaria a concertação no plano internacional; a cooperação técnico-científica, nomeadamente no processo de extensão da PC, na investigação científica marítima; a capacitação de recursos humanos e a afirmação da identidade marítima da CPLP. Esta agenda teria como um dos atores mais relevantes, as Marinhas dos Estados membros.

### Conclusões

Ao longo de mais de vinte anos, a componente produziu um Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa (2006), uma Estratégia da CPLP para os Oceanos (2010) de natureza multidisciplinar, e uma Identidade da CPLP no Domínio da Defesa (2015). Esses documentos, bem como as atas e regulamentações produzidas nas Reuniões de Chefes de Estado e de Governo, de Ministros da Defesa, de CEMGFA, do SPAD, das Conferências das Marinhas e dos Assuntos do Mar foram objeto de análise desse artigo. Na análise dos documentos percebe-se uma mudança do ambiente securitário terrestre para o ambiente securitário marítimo. No início, os projetos eram centrados na formação para operações de paz e depois passaram a planejar ações conjuntas de treinamento para patrulha marítima, projetos de apoio ao pedido de extensão da plataforma continental, bem como se propôs até a criação de uma Agência Lusófona de Monitoramento do Atlântico Sul e de um Centro de Estudos Marítimos da CPLP.

Um ponto positivo é a questão da CTM ser facilitada pela língua comum. Já um ponto negativo é quem financia os projetos, sendo essa uma lacuna ainda a ser preenchida, apesar de já terem cogitado financiamento da ONU, da UE, ou da OCDE. Contudo, para delinear ações de segurança e defesa na Comunidade tem que se levar em conta também a conjuntura interna de cada Estado membro e a instabilidade político-militar nesses nas últimas décadas. No âmbito marítimo, deve-se levar em conta o potencial de recursos do Atlântico já mapeados, e ainda não explorados, e direitos e deveres concedidos pela CNUDM, o que irá requerer, dentre outras, estruturas de forças armadas capacitadas para gestão e garantia da segurança marítima. Outro aspecto negativo é que a opção da CTM como ferramenta de gestão integrada do Atlântico de língua portuguesa ainda carece de recursos e de objetivos burocráticos factíveis, mas algumas ações foram realizadas, mesmo que executadas no âmbito bilateral ao invés de no comunitário. Além disso, necessita-se também de projetos de longo prazo e da associação mais permanente da dimensão política e da dimensão técnico-estratégica para que os resultados apareçam.

Por fim pode-se acrescentar que a percepção dos problemas e das vulnerabilidades Comunitária no âmbito da segurança e defesa é impregnada de percepções dos problemas e vulnerabilidades mundiais. Mas, as soluções parecem tentar se adequar as realidades locais e nacionais, ou a recursos e projetos já disponíveis com apoio de Brasil e Portugal que teriam uma estrutura militar mais bem desenvolvida.

### Referências

AYOUB, Mohammed. Security in the 3<sup>o</sup> world: the worm about turn? **International Affairs**, Columbia, v. 60, n. 1, p. 41-51, 1983. Disponível em: //academic-oup-com.eres.qnl.qa/ia/article-abstract/60/1/41/2406563. Acesso em 06 ago. 2022.

BARROSO, Luís F. M. **A Evolução da CPLP na Segurança e Desenvolvimento do Continente Africano: a relevância do Instrumento Militar e o Papel de Portugal**. Disponível em: [www.segurancaedefesa.org/conteudo/congresso/ICNSD\\_2D\\_texto\\_pdf\\_luis\\_machado\\_barroso.pdf](http://www.segurancaedefesa.org/conteudo/congresso/ICNSD_2D_texto_pdf_luis_machado_barroso.pdf). Acesso em: 10 out. 2010.

BERNARDINO, Luís e LEAL, José S. A Arquitetura de Segurança e Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. **Cadernos IDN**, Lisboa, Serie III, n. 06, p. 1-198, 2011. Disponível em: [www.idn.gov.pt/publicacoes/cadernos/idncaderno\\_6.pdf](http://www.idn.gov.pt/publicacoes/cadernos/idncaderno_6.pdf). Acesso em 06 ago. 2022.

BERNARDINO, Luís M. B. A Segurança Marítima no Seio da CPLP: contributos para uma Estratégia nos Mares da Lusofonia. **Revista Nação e Defesa**, Lisboa, n. 128, p. 41-65, 2011. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/4744>. Acesso em 06 ago. 2022.

BOOTH, Ken. Security and Emancipation. **Review of International Studies**, Cambridge, v. 17 n. 4, p. 313-326, 1991. Disponível em: [www.cambridge.org/core/journals/review-of-international-studies/article/abs/security-and-emancipation/7E14C05AF6C58871908F9D48D2F7D973](http://www.cambridge.org/core/journals/review-of-international-studies/article/abs/security-and-emancipation/7E14C05AF6C58871908F9D48D2F7D973). Acesso em 06 ago. 2022.

BRODIE, Bernard. **War and politics**. Londres: Cassell, 1973.

BULL, Hedley. **The control of the arms race**. Londres: Weindenfeld e Nicolson, 1961.

BUZAN, Barry. **People, States and Fear: an Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era**. Boulder, Lynne Rienner Publishers, 1991.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: a new framework for analysis**. Boulder, Lynne Rienner Publishers, 1998.

CPLP. **Declaração Constitutiva**. 1996. Disponível em: [www.cplp.org/id-3869.aspx](http://www.cplp.org/id-3869.aspx). Acesso em: 23 jul. 2022.

CPLP. **Declaração sobre Cooperação, Desenvolvimento e Democracia na era da Globalização**. 2000. Disponível em: [www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=2948&M=News V2&PID=10872](http://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=2948&M=News V2&PID=10872). Acesso em: 23 jul. 2022.

CPLP. **Estratégia da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa para os Oceanos**. 1996. Disponível em: [//oceano.cplp.org/media/1134/estrategia-da-cplp-formatada.pdf](http://oceano.cplp.org/media/1134/estrategia-da-cplp-formatada.pdf). Acesso em: 23 jul. 2022.

CPLP. **Identidade da CPLP no Domínio da Defesa**. Disponível em: [//cplp.defesa.pt/Normativos/20150526\\_IDENTIDADE%20DA%20CPLP%20NO%20DOMINIO%20DA%20DEFESA.pdf](http://cplp.defesa.pt/Normativos/20150526_IDENTIDADE%20DA%20CPLP%20NO%20DOMINIO%20DA%20DEFESA.pdf). Acesso em: 23 jul. 2022.

CPLP. **Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa**. 2006. Disponível em: [www.cplp.org/id-4271.aspx](http://www.cplp.org/id-4271.aspx). Acesso em: 23 jul. 2022.

DIONISIO DA SILVA, Daniele. **O Atlântico de Língua Portuguesa em Perspectiva Comparada de Segurança e Defesa – dos documentos políticos às elaborações estratégicas (1996 a 2013)**. Tese de Doutorado (PPGHC), UFRJ, Brasil, 2015 (340 p.).

KOSELLECK, Reinhart. Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

TANNO, Grace. A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional. **Revista Contexto Internacional**, v. 25, n. 1, p. 47-80, 2003.

VILLA, Rafael D. A Segurança Global Multidimensional. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política [online]**, n. 46, p. 99-118, 1999.

WALT, Stephen. The Renaissance of Security Studies. **International Studies Quarterly**, v. 35, n. 2, p. 211-239, 1991.

---

*Funções de colaboração exercidas*

Daniele Dionisio da Silva:

*Conceitualização; Metodologia; Validação; Curadoria de dados; Administração do projeto; Análise formal; Recursos; Investigação; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição).*

*Informações fornecidas pela autora de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)*